

**RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.174 - GO
(2018/0311220-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : AILTON MARQUES BORGES
ADVOGADO : JOSÉ COELHO BARCELOS BORGES - GO030737
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES. : MARIA DIVINA SERRADOURADA DE MOURA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES. : MARIA ROSA BARCELOS FARIA
ADVOGADO : JOSÉ COELHO BARCELOS BORGES - GO030737

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO, NEM SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por AILTON MARQUES BORGES, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim fundamentado (fl. fl. 2.810):

O recurso não logra.

Tal como asserido, considerando que a punição não excede a 3 anos, tem-se como lapso prescricional o período de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do Código Penal. Assim, publicada a sentença condenatória em 17/11/2011 (e-STJ fl. 2.078), verifica-se que não transcorreu, desde então, o lapso de 8 anos.

Portanto, a decisão agravada deve ser mantida hígida pelos seus próprios termos.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

É o voto.

O ora recorrente, então, opôs embargos de declaração, apontando omissão quanto à análise da prescrição retroativa supostamente ocorrida entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória. Os embargos foram rejeitados, *verbis* (fls. 2.870-2.875):

Os embargos de declaração não reúnem condições de ser acolhidos.

Com efeito, da leitura atenta das alegações declinadas na petição dos presentes embargos de declaração, infere-se o claro intuito de rediscussão do fundamento do *decisum* embargado, sem lograr êxito em demonstrar o efetivo cabimento dos aclaratórios.

Assim, à míngua da adequação dos embargos de declaração a quaisquer das hipóteses de previsão do seu cabimento, devem ser rejeitados.

A propósito:

(...)

Não obstante a impertinência dos presentes aclaratórios, a apontada prescrição retroativa que teria ocorrido entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória não guarda correspondência ao que de fato consta dos autos.

Com efeito, entre a data de recebimento da denúncia – 5/2/2002 (e-STJ fls. 889/891) –, e a publicação do édito condenatório – 17/1/2011 (e-STJ fl. 2.078) –, não transcorreu o lapso de oito anos, pois houve o trancamento da ação penal de 30/9/2003 até 12/9/2006, ou seja, entre os marcos interruptivos referidos pelo embargante só transcorreram 6 anos e 9 meses (e-STJ fl. 2.569), o que não preenche o lapso exigido no art. 109, IV, do Código Penal.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

É o voto.

Nas razões de seu recurso extraordinário (fls. 2.880-2.890), o recorrente alega a existência de repercussão geral da questão tratada e aduz que o acórdão recorrido violou os artigos 1º, inciso III (princípio da dignidade da pessoa humana), e 5º, inciso LXXVIII (princípio da razoável duração do processo), da Constituição Federal, na medida em que a prescrição da pretensão punitiva estatal deveria ter sido reconhecida.

Contrarrazões às fls. 2.940-2.945.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, ao que se tem dos autos, os temas atinentes à alegada violação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da razoável duração do processo não foram examinados no acórdão impugnado, sequer implicitamente, tampouco foram opostos embargos de declaração para fins de prequestionamento.

E tal circunstância impede a admissão do recurso extraordinário, ante a incidência dos **Enunciados 282 e 356 da Súmula do Excelso Pretório**, respectivamente, *in verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

O ponto omissa da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

A propósito, cumpre trazer à baila o seguinte acórdão do Pretório Excelso:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. **1. Os dispositivos constitucionais alegados por violados não foram apreciados pelo acórdão impugnado. Tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão. O recurso carece de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).** 2. A impugnação aos juros e aos honorários advocatícios não fez parte das razões do recurso extraordinário, sendo aduzida somente nesta via recursal. Constitui-se, portanto, em inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. 3. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 1.132.623 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 17/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-202 DIVULG 24-09-2018 PUBLIC 25-09-2018)

Ainda que assim não fosse, a análise da questão suscitada no presente recurso extraordinário - atinente à prescrição da pretensão punitiva estatal - perpassa, inexoravelmente, pelo exame da legislação penal, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente